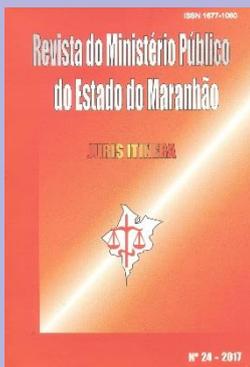




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO
DIVISÃO DE ACERVO – PERIÓDICOS



SUMÁRIO CORRENTE
JUNHO - 2018



SUMÁRIO

FILOSOFIA DO DIREITO

DIKÉ DEVE CONTRABALANÇAR THÊMIS: JUSTIÇA RESTAURATIVA

José Lucíolo Gorayeb Santos 11

A FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO EM HERBERT HART

Herberth Costa Figueiredo

Francisco de Assis Teles Nunes 35

A CONSTRUÇÃO DO SER POLITICAMENTE ÉTICO

Antonio Augusto Alvarenga Zucатели

Rebeca Christine Geressait Reis 55

DIREITO ADMINISTRATIVO

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

UMA NOVA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE PARCERIAS COM O ESTADO

Herberth Costa Figueiredo

Francisco de Assis Teles Nunes 71

DIREITO PROCESSUAL PENAL

A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AJUIZAR REVISÃO CRIMINAL EM FAVOR DO ACUSADO: UMA ANÁLISE DO PAPEL CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ivaldo da Cruz Lima Júnior 103

DIREITO DO CONSUMIDOR

SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE CONSUMO

<i>Rebeca Christine Geressait Reis</i>	
<i>Antonio Augusto Alvarenga Zucatei</i>	123

DISCURSOS INSTITUCIONAIS

DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA Nº 12 DA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS

<i>Ana Luiza Almeida Ferro</i>	141
--------------------------------------	-----

DISCURSO DE ABERTURA DA SOLENIDADE DOS 50 ANOS DA PGJ

<i>Luiz Gonzaga Martins Coelho</i>	169
--	-----

DISCURSO PELO CINQUENTENÁRIO DE INÍCIO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<i>Luiz Gonzaga Martins Coelho</i>	175
--	-----

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA SEMANA DOS 50 ANOS DO CARGO DE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

<i>Luiz Gonzaga Martins Coelho</i>	181
--	-----



SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL	11
DOCTRINA	
CADERNO ESPECIAL – DIREITO E SAÚDE	
O futuro que queremos para a regulação da saúde suplementar <i>The future we want for the adjustment of supplemental health</i> MARIA STELLA GREGORI	27
Regramento das carências nos contratos de plano de saúde e a Súmula 597 do STJ <i>Regulation of grace period in the health plan contracts and the STJ Summary 597</i> JOSIANE ARAÚJO GOMES	55
A obrigação do Poder Público de fornecer medicamentos não incorporados ao Sistema Único de Saúde <i>The obligation of the public authority to provide medicines not incorporated into the Public Health Care System</i> EDUARDO CAMBI e MATEUS VARGAS FOGAÇA.....	73
Parcerias público-privadas como alternativa para solucionar a crise na saúde pública <i>Private public partnerships as an alternative to solve crisis in public health</i> ALENCAR FREDERICO MARGRAF e POLEANA DE FÁTIMA NAVARRO	95
A responsabilidade jurídica das operadoras de planos de saúde privados pela recusa no atendimento do consumidor à luz da "Teoria Crítica do Direito" <i>The legal responsibility of the private health insurance companies for the refusal to serve the consumer in light of the "Critical Theory of Law"</i> REGINA VERA VILLAS BÔAS e JOSÉ ÂNGELO REMÉDIO JÚNIOR.....	117
ARBITRAGEM	
Os métodos alternativos de solução de conflito no âmbito do direito internacional privado: uma análise sobre mediação e arbitragem internacionais <i>The alternative methods of settlement of conflict under international private law: an analysis of international mediation and arbitration</i> RAÍSSA VIEIRA DE GOUVEIA.....	139

DIREITO DE FAMÍLIA	
União poliafetiva: uma entidade familiar constitucionalmente tutelada	
<i>Poly-union: a constitutionally protected family entity</i>	
CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e ISABELLA ARRAIS DE ALMEIDA SCHMITBERGER CEOLIN.....	169
DIREITO EMPRESARIAL	
Contratos e resolução de conflitos no âmbito do direito da moda	
<i>Contracts and dispute resolution in fashion law</i>	
LETÍCIA SOSTER ARROSI e GABRIEL SILVA DE SOUZA.....	197
DIREITOS HUMANOS	
O posicionamento da corte interamericana de direitos humanos quanto à identidade de gênero	
<i>The inter-American court of human rights status about gender identity</i>	
LEANDRO REINALDO DA CUNHA.....	227
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
Inovações contidas nos recursos de apelação, de agravo de instrumento, de agravo interno e de embargos de declaração previstas no Código de Processo Civil de 2015	
<i>Innovations contained in appeals, instrument grievances, internal grievance and declaration appeals provided in the Code of Civil Procedure of 2015</i>	
ACCÁCIO CAMBI.....	247
Cooperation under article 6 th of the Brazilian Civil Procedure Code: a literature review	
<i>A cooperação no âmbito do artigo 6º do Código de Processo Civil brasileiro: uma revisão da literatura</i>	
JANAÍNA GOMES GARCIA DE MORAES e LETICIA CABRAL PERPÉTUO SOARES.....	283
DIREITO PROCESSUAL PENAL	
Limites jurídico-penais do acordo de leniência em casos de grupos econômicos	
<i>Legal-penal limits of plea agreement in cases of economic groups</i>	
ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO e LUCIANO ANDERSON DE SOUZA.....	301
PARECER	
Parecer	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG MARQUES.....	319

MEMÓRIA DO DIREITO

Planos de Saúde e Contrato de Prestação de Serviços Médico-Hospitalares
NELSON NERY JUNIOR 337

REVISITANDO O TEMA – ABITRAGEM

O plano piloto de conciliação em segundo grau de jurisdição, do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, e sua possível aplicação aos feitos de interesse da Fazenda Pública
Conciliation pilot plan in the second degree of jurisdiction of the Sao Paulo Justice Court and its possible application on process of Public Administration interest
RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO 369

ESPECIAL – RUMO À RT 1000

Apresentação 437
A Nação e o *Impeachment*
AGASSIZ DE ALMEIDA 439

NOTAS

Queda de ações trabalhistas pós-reforma
THEREZA CHRISTINA NAHAS 463
Negado direito de resposta à ex-Presidente da República
JESUALDO EDUARDO DE ALMEIDA JUNIOR 465

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- UNIÃO ESTÁVEL – Distinção de regime sucessório entre cônjuge e companheiro – Constituição brasileira que contempla diferentes formas de família – Não existe hierarquia entre as entidades familiares.
Comentário por LEANDRO REINALDO DA CUNHA: Inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros..... 479

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- IRPJ E CSLL – Base de cálculo – Inclusão dos créditos presumidos de ICMS concedidos pelos Estados-Membros e pelo Distrito Federal a título de incentivo fiscal – Ofensa ao princípio federativo e ao princípio da segurança jurídica.

Comentário por SOLON SEHN: Comentários aos Embargos de Divergência no Recurso Especial 1.517.492/PR 627

- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Repetição de indébito de imposto de renda retido na fonte – Entidade beneficente de assistência social – Remessa de juros para exterior gera obrigação tributária, não impedindo a retenção na fonte da exação.

Comentário por OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO: Entidade de assistência social, embora imune, na condição de responsável tributário substituto, deve recolher o imposto retido na fonte devido por contribuinte, terceiro residente no exterior, não podendo este usufruir de benefício tributário personalíssimo 660

- PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Incidência aos crimes tributários federais e de descaminho – Necessidade de afetação do recurso para revisão da tese fixada em recurso repetitivo, tendo em vista a divergência de entendimento externado pela Suprema Corte.

Comentário por JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR: A política fiscal e os tribunais superiores: análise do REsp 1.688.878/SP 738

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- CONSTITUCIONALIDADE – Possibilidade de mudança de prenome e gênero no registro civil – Não submissão à cirurgia – Requisitos da idade mínima de 21 anos, diagnóstico médico de transexualismo por equipe multidisciplinar 761

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- INTERVENÇÃO – Obrigatoriedade do Ministério Público – Interpretação conjunta da CLT com o CPC/2015 relativamente às regras de substituição processual – Ausência de manifestação ministerial que causaria nulidade somente se houvesse prejuízo às partes 775

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

- OBRIGAÇÃO DE FAZER – Fornecimento das portas lógicas de origem pelos provedores de aplicação – Revelação que consubstancia simples desdobramento lógico do pedido de identificação do usuário por IP 795

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PARCERIA RURAL – Extinção do contrato após morte do parceiro – Herdeiros e sucessores que podem se sub-rogar nos direitos e obrigações do outorgante – Possibilidade, ainda, de exercício do direito de retomada ao término do contrato..... 859
- REGISTRO PÚBLICO – Nulidade de escritura pública com cumulação de cancelamento de registro de imóveis – Outorga convencional para alienação de bens comuns que pode ser relativizada – Informalidade do vínculo que não exige qualquer documento, impondo o reconhecimento da validade dos negócios a fim de proteger o terceiro de boa-fé..... 861

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

- APREENSÃO – Mercadorias – Não é possível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para o pagamento indireto de tributos – Fisco que possui meio próprio para cobrança de seus créditos..... 865

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- DOSIMETRIA DA PENA – Aumento quanto à majorantes – Incidência de causas especiais de emprego de armas e concursos de pessoas – Fase posterior de dosimetria que não precisa levar em conta a quantidade de causas de aumento..... 869

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE – Propositura *post mortem* – Admissibilidade – Requerente que conviveu com o investigado até seu falecimento, mas foi criada pelos avós paternos – Ausência de prova pericial, ademais, que é irrelevante, sendo suficiente a testemunhal..... 873

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

- CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL – Violação sexual mediante fraude – Autoria e materialidade comprovadas porque a palavra da vítima encontra apoio em provas coletadas nos autos, caracterizando, inclusive, a continuidade delitiva..... 877

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- PLANO DE SAÚDE – Cobertura para *home care* – Seguradora que não exclui o tratamento para doença – Nulidade de cláusula contratual que desobriga a cobertura de procedimentos prescritos pelo médico ao restabelecimento do paciente. 881

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO 883

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 891



REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n.66, out. / dez. 2017.

Sumário

Doutrina

- Intercâmbios Culturais Digitais: a Internet como Catalisadora do Multiculturalismo
Bárbara Luiza Coutinho do Nascimento 17
- A Consensualidade no Direito Sancionador Brasileiro: Potencial de Incidência no Âmbito da Lei nº 8.429/1992
Emerson Garcia 29
- Breve Contribuição ao Método de Estudo de Casos em Direito
Eugênio Rosa de Araujo 83
- Notas sobre Cultura, Constituição e Direitos Culturais
Jorge Miranda 95
- Expansão da Responsabilidade Civil Objetiva: Análise da (In)Adequação da Inserção no Ordenamento Jurídico de uma Cláusula Geral de Responsabilidade Objetiva
Leandro Navega 109
- O Controle Judicial do Ato Administrativo Disciplinar
Luís Alberto Thompson Flores Lenz 129
- Colaboração Premiada e Improbidade Administrativa: Aspectos Fundamentais
Renato de Lima Castro 139
- Lei Nº 13.019: Avanço ou Retrocesso?
Rita Tourinho 177
- Lei de Improbidade Administrativa, Artigo 17, §1º: 25 Anos Depois, Ele Ainda se Justifica?
Rodrigo da Silva Brandalise 199
- As Normas de Abreviação do Procedimento com Base em Precedente
Ronaldo Cramer 227

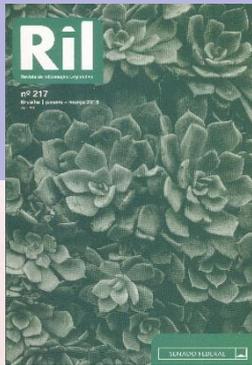
Observatório Jurídico

- O Distritão
Ives Gandra da Silva Martins 237

Peças Processuais

Pareceres

- Processo Judicial. Parecer do Ministério Público. Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Ação Rescisória. Sentença que julga procedente as contas prestadas por curadora. Falecimento da curatelada e falta de intimação dos herdeiros necessários. Dolo processual. Parecer de procedência do pedido de rescisão.
Adolfo Borges Filho 243
- CONAMP. Consulta formulada. Possibilidade de os membros do Ministério Público inativos participarem da eleição destinada à formação da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça.
Emerson Garcia 253



- 13 **A apropriação da agenda legislativa como terceira via para o poder de veto presidencial**
Rafael Silveira e Silva
- 35 **O Supremo Tribunal Federal e a vedação da prisão civil do depositário judicial infiel
Uma questão ainda em aberto**
Ana Maria D'Ávila Lopes
Luciano Athayde Chaves
- 65 **Semipresidencialismo francês
A relação entre o "rei" e o "pequeno príncipe"**
Marcelo Leonardo Tavares
- 85 **Fiscalização ambiental à luz do princípio da subsidiariedade
Contornos da competência comum**
Eduardo Fortunato Bim
- 115 **O fim do foro especial por prerrogativa de função**
Júlio César de Aguiar
João Paulo Lacerda Oliveira
- 135 **A oscilação decisória no STF acerca da garantia da presunção de inocência
Entre a autovinculação e a revogação de precedentes**
Guilherme Bacelar Patrício de Assis
- 157 **Do federalismo de cooperação ao federalismo canibal
A Lei Kandir e o desequilíbrio do pacto federativo**
Onofre Alves Batista Júnior
Marina Soares Marinho
- 181 **O aprimoramento do direito de petição sob a perspectiva das novas mídias digitais**
Nina Trícia Disconzi Rodrigues
Rafael Santos de Oliveira
Fernanda dos Santos Rodrigues Silva
- 203 **O controle das agências reguladoras pelo Poder Legislativo**
Luiz Eduardo Diniz Araujo

Os conceitos emitidos em artigos de colaboração são de
responsabilidade de seus autores.